

# O QUE HÁ POR DETRÁS DOS PROTESTOS QUE TAMBÉM ECLODEM POR TODA AMÉRICA DO SUL?



**PÁGINAS 2 E 3**  
**REFLEXÕES ACERCA  
DO ESTÁGIO  
SUPERVISIONADO EM  
SERVIÇO SOCIAL**

**PÁGINAS 4 E 5**  
**PROJETOS  
PROFISSIONAIS  
E PROJETOS  
SOCIETÁRIOS: O  
DIÁLOGO DO SERVIÇO  
SOCIAL COM O  
COMUNISMO, O  
SOCIALISMO E A  
ESQUERDA**

**PÁGINAS 12 E 13**  
**COFI RESPONDE:  
ESTÁGIO EM SERVIÇO  
SOCIAL**

**E MAIS...**

REALIZAÇÃO:



# REFLEXÕES ACERCA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL

Imprescindível para a formação das futuras e futuros assistentes sociais, o estágio supervisionado em Serviço Social tem caráter obrigatório e permite uma infinidade de reflexões que precisam ser, constantemente, debatidas pelos sujeitos envolvidos. Pensando em contribuir com este debate, o CRESS-MG conversou com a assistente social e professora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Leslie Caputi, sobre aspectos-chaves dessa discussão.

Doutora em Serviço Social, a docente também é líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social (Gefepss). Na entrevista, Leslie trata a importância do plano de estágio, dos fóruns de estágio e aborda também as nuances do estágio extracurricular ou não obrigatório. Confira a seguir.

## PLANO DE ESTÁGIO

O plano de estágio é um instrumento de planejamento das atividades a serem desenvolvidas pelas estagiárias e estagiários com acompanhamento da supervisão direta de campo e acadêmica, como indica a docente. “Não o tratemos como simples ou mero pré-requisito burocrático, mas como um documento rico de possibilidades teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. O estágio como disciplina curricular obrigatória ou não obrigatória demanda planejamento e delineamento do como se efetivará o processo de supervisão direta.”

Assim, conforme definido nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS - 1996), o plano de estágio deve ser construído conjuntamente, pela supervisora de campo, estagiária e supervisora acadêmica, com base no plano de trabalho da assistente social e articulado à supervisão acadêmica. No entanto, pontua Leslie, ainda são poucas as profissionais que elaboram seus planos de trabalho como instrumento norteador da atuação profissional cotidiana com base nos princípios éticos fundamentais e no conjunto de direitos e deveres profissionais.

“Através desta ferramenta, entendemos que estão as vicissitudes para (re)pensar o plano de trabalho profissional, tendo em vista a possibilidade da atualização profissional construída no processo de trocas de conhecimentos entre supervisoras e estagiárias, análise conjunta das condições reais e concretas de vida da população usuária, bem como (re)afirmar o desafio profissional de avançar na consolidação do projeto ético e político”, avalia.

Além disso, a docente avalia que a construção do plano de estágio é um processo fértil para investigação da realidade cotidiana e espaço de construção e formação da consciência crítica. “Conforma-se em uma potencialidade na materialização do perfil profissional e pode despertar para profissão reassumir o trabalho de base, de mobilização e organização popular, de forma que supervisoras e estagiárias possam extrapolar os muros institucionais”, diz.

## ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

O estágio é um componente curricular que envolve necessariamente três sujeitos: estagiária/a, supervisora acadêmica e supervisora de campo. Na ausência de qualquer um deles, não se configura como estágio supervisionado. O processo de supervisão deve ser direto, sistematizado e constar no projeto político e pedagógico do curso de cada Unidade de Formação Acadêmica (UFA). Além disso, o estágio pode ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme a Lei de Estágio nº 11.788 e a Política Nacional de Estágio em Serviço Social (PNE).

O não obrigatório é entendido como uma estratégia de flexibilização por parte do Estado, em atenção às demandas do mercado. Essa modalidade, de caráter opcional e carga horária excedente ao obrigatório, se realiza durante a formação profissional na graduação, está previsto no projeto político pedagógico e é pauta de discussões dos colegiados de curso e das Comissões de Estágio. Sua efetivação, como explica Lesliane, deve se dar sob as mesmas exigências pedagógicas, administrativas e legais do estágio obrigatório.

“Ao estágio não obrigatório nos cabe uma atenção mais rígida, pelo fato deste nem sempre se dar de forma coesa com o projeto de formação profissional hegemonicamente defendido, mas se realizar de forma pragmática, tarefaira, como mão-de-obra barata e sem garantia do processo de supervisão sistematizado. Tem se configurado, em geral, como processo de atenção às exigências mercadológicas. Por isso, um olhar mais atento, crítico, político e pedagógico a esta modalidade de estágio é fundamental!”, afirma.

## FÓRUNS DE ESTÁGIO

Já os fóruns de estágios demarcam os processos de mediação teórico-prática na integralidade da formação profissional da e do assistente social, e, enquanto construção coletiva, expressam vigília em defesa do projeto de formação vinculado à educação na direção da emancipação humana, como avalia a entrevistada. “São instrumentos de luta contra as implicações da precarização da educação e do trabalho na profissão e também de diretrizes para o estágio e supervisão, compreendendo-os como disciplinas intrínsecas e de unidade na formação e trabalho profissional.”

As oficinas e os fóruns de estágio têm sido construídos pela categoria com o propósito de aglutinar docentes, profissionais e estudantes em torno das questões do estágio e é uma estratégia política de fortalecimento e permanência do debate sobre a temática, bem como a garantia de construção de alternativas comuns à qualificação do estágio em Serviço Social, como consta na PNE da ABEPSS.

“É fundamental que os cursos de Serviço Social realizem anualmente fóruns e que os resultados compo-  
nam os debates a nível regional e, assim, sejam levados para o Fórum Nacional de Estágio que é construído pela ABEPSS. Nesse processo dialógico, poderemos cada vez mais dar saltos qualitativos nesse componente curricular e fortalecer o projeto de formação profissional, a partir de amplos e coletivos debates com a categoria”, indica.



# PROJETOS PROFISSIONAIS E PROJETOS SOCIETÁRIOS: O DIÁLOGO DO SERVIÇO SOCIAL COM O COMUNISMO, O SOCIALISMO E A ESQUERDA

O Serviço Social brasileiro desenvolveu um processo de ruptura com o Serviço Social Tradicional, conhecido como Movimento de Reconceituação, entre as décadas de 1950 e 1960, no contexto de efervescência política na crítica e busca de superação do capitalismo em âmbito mundial. Na América Latina, em especial, esse processo foi motivado pela experiência da Revolução Cubana de 1959.

Com a instauração dos golpes militares e a ascensão de governos ditatoriais em boa parte da região, o Movimento se arrefeceu, mas, no Brasil, desdobrou-se num processo de Renovação, marcado por três vertentes principais<sup>1</sup> que delimitaram projetos profissionais distintos - e mostram que a profissão é e sempre foi um campo de disputa, de concepção de profissão e de sociedade.

No final dos anos 1970, inserido no contexto de crise da ditadura militar, há uma efervescência de movimentos contestatórios, como movimentos e organizações sociais, sindicatos, partidos de esquerda, foram ganhando espaço no cenário brasileiro, fortalecendo um amplo processo democrático que culminou no processo de redemocratização da sociedade brasileira.

“No Serviço Social não foi diferente! A profissão se empenhou em construir as bases de um novo projeto profissional, o Projeto Ético e Político (PEP), que terá seu marco emblemático em 1979, no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), conhecido como ‘Congresso da Virada’, como explica a assistente social, doutora em Serviço Social e professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, Susana Maria Maia.

Desde então, o PEP foi se consolidando enquanto

<sup>1</sup>Tratamos aqui das vertentes da modernização conservadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura, que se aproxima da perspectiva teórico-metodológica crítico-dialética. Sobre a Renovação do Serviço Social Brasileiro, conferir as reflexões de Netto, J.P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1998 e Yamamoto, M. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social, São Paulo: Cortez, 1992.

direção teórica e social no âmbito da **legislação** profissional (expresso na lei que regulamenta a profissão de 1993, no Código de Ética de 1982 e 1993), da **formação profissional** (destaque para as Diretrizes Curriculares de 1996), da **organização política** (expressa em suas entidades representativas – Conjunto CFESS/ CRESS, ABEPSS e ENESSO), bem como no âmbito da **atuação profissional** no conjunto dos espaços ocupacionais. É neste movimento que o Serviço Social brasileiro se aproxima de projetos societários de esquerda.

“É impossível dentro do capitalismo efetuarmos os princípios e valores contidos em nosso projeto ético e político. A sociabilidade a qual vislumbramos passa pela negação à toda e qualquer forma de opressão e exploração, à valorização e defesa da liberdade e da democracia como valores universais, às condições de vida fundada na igualdade de condições de acesso à riqueza socialmente produzida”, explica Susana.

## **BANDEIRA VERMELHA**

A aproximação da categoria profissional à teoria social crítica, em especial ao marxismo e a pensadores marxistas – e, portanto, à concepção de socialismo e comunismo –, se dá neste período histórico acima delimitado. Um marco deste momento é a publicação do livro “Serviço Social e Relações Sociais”, em 1982, com uma primeira sistematização do significado sócio-histórico da profissão, a partir da inserção do Serviço Social na divisão socio-técnica do trabalho.

“O contato com o marxismo possibilitou à profissão se apropriar da concepção de socialismo e comunismo – projetos societários nos quais um conjunto de pensadores e militantes se empenharam em construir desde o século 19 e que mais se aproximam ao PEP do Serviço Social. Daí a identificação de que a direção hegemônica do Serviço Social brasileiro aponta para a construção de uma sociedade comunista e os esforços de nos articularmos, enquanto categoria profissional, a setores da esquerda que tenham esse horizonte”, avalia.

Essa vinculação a um projeto societário incide diretamente sobre a concepção do fazer profissional, sobre a formação profissional e o lugar das e dos assistentes sociais no seio da luta de classes, inseridas nos processos organizativos da classe trabalhadora, enquanto pertencentes à esta classe. Na atuação profissional, segundo Susana, este aspecto se reflete na relação com quem acessa os serviços. “Em nosso cotidiano profissional e na vida com a população usuária, devemos primar pela defesa das liberdades democráticas, a participação e mobilização dessas pessoas para sua atuação nas esferas de decisão política, a articulação junto a movimentos sociais para a construção de uma ‘democracia de base’ que cultive a universalidade dos direitos e a socialização da política”, aponta a professora.

## **CONTRA PROJETO**

Assim como o conjunto da sociedade, o Serviço Social também é afetado pelos mecanismos da ideologia dominante que busca, por meio do ideário neoliberal, construir um novo aparato ideológico de dominação que obscurece os antagonismos de classe, capitaneia a exacerbação da cultura individualista, e desqualificando qualquer iniciativa de contraposição ao capitalismo.

Propaga-se, de acordo com Susana, uma “pós-modernidade” que alega que “tudo é verdade”, hostilizando qualquer concepção de totalidade na leitura da realidade, indo de encontro com a teoria social crítica, se opondo, em especial, ao marxismo como método de análise e intervenção na realidade, analisa a professora.

“Como resultado do processo sócio-histórico vivido no país tem-se, a partir de 2015, culminando com o Golpe de 2016, o reavivamento do conservadorismo no campo político, econômico e cultural, expresso, atualmente, pela eleição do governo Bolsonaro, de ultradireita que associa um ‘neopentecostalismo’ e ‘liberalismo conservador’ a diferentes matizes de conservadorismo moral.”

O “Serviço Social libertário”, surgido em 2016 como um movimento de “combate à doutrinação marxista dentro do Serviço Social” é expressão desse movimento de reavivamento do conservadorismo e do Serviço Social Tradicional no interior da profissão e ganha novo fôlego neste cenário de ascensão do conservadorismo e da extrema direita.

“No âmbito da profissão, essa ofensiva ataca e procura desconstruir as bases que compõem o PEP e a direção social hegemônica da profissão. Encontram capilaridade a partir do discurso acerca das condições de trabalho profissional, numa leitura dissociada da perspectiva de classe, negando a correlação de que os ataques que sofremos enquanto assistentes sociais compõem os ataques sofridos pela classe trabalhadora num contexto de acirramento das formas de exploração e expropriação da força de trabalho para que o capital possua ainda mais lucros e intensifique seu processo de acumulação da riqueza socialmente produzida”, diz.

Frente ao contexto de acirramento da precariedade das condições de vida da classe trabalhadora e avanço do conservadorismo e liberalismo, lembra Susana, urge às e aos assistentes sociais se alinharem às tentativas de construção de unidade de luta das esquerdas e, no âmbito da profissão, fortalecer a direção social estratégica do Projeto Ético e Político num processo de mobilização da categoria profissional, internamente, e junto aos demais setores e segmentos da classe.



# O QUE HÁ POR DETRÁS DOS PROTESTOS QUE TAMBÉM ECLODEM POR TODA AMÉRICA DO SUL?

*\*Por José Fernando Siqueira da Silva*

Os protestos hoje espalhados pelo centro-sul do continente americano não podem ser explicados isoladamente, ainda que seja preciso reconhecer a diversidade aí contida. Mais ainda, sua explicação exige visão sócio-histórica que reivindica certo tipo de abordagem que não se limita a analisar as demandas imediatamente consideradas como as causas principais das insatisfações sociais, ainda que esses elementos detonadores não sejam menos importantes. A título de exemplo: o aumento das passagens do metrô em Santiago do Chile não explica a densidade das insurreições que abalaram a sociedade chilena a partir do segundo semestre de 2019. Ou seja, não é possível afirmar que o aumento de cinco centavos de dólares nos preços do transporte metroviário seja mais do que o estopim de um profundo mal-estar social acumulado por décadas em um país que sempre foi considerado o primeiro e mais exitoso modelo neoliberal latino-americano. Não por acaso, até as insurreições ocorridas no Chile, o ministro da economia do Brasil do atual governo utilizava este país como paradigma societário para a América Latina.

A profunda crise do capitalismo mundial já objetivada na primeira metade dos anos 1970, conhecida como o esgotamento dos 30 anos gloriosos de crescimento capitalista ininterrupto, sustentou todo processo de reestruturação produtiva sentida drasticamente na região, em tempos e medidas diferentes, a partir da década de 1990 (cujo modelo implantado no Chile de Pinochet foi exemplo clássico). O objetivo sempre foi certo: alterar a composição orgânica do capital, ou seja, reajustar a dinâmica estabelecida entre capital constante (em geral destinado a incrementar a acumulação por meio de tecnologia e de instrumentos de produção) e de capital variável (parte do lucro obtido destinado à reprodução da força de trabalho). Em outras palavras, a boa gestão da “Lei Geral da Acumulação Capitalista” indicada por Marx, isto é, a busca por padrões excelentes e possíveis nas condições historicamente dadas, capazes de promover a retomada da acumulação.

As graves consequências econômicas e sociais nesta parte do globo, nos anos 1980 e 1990 são amplamente conhecidas, em que a insolvência da Argentina em 2000/2001 foi um dos vários exemplos. O pífio desenvolvimento econômico em toda região, a desnacionalização absoluta, a inoperância dos Estados em relação aos direitos sociais, as privatizações diversas e o ataque à classe trabalhadora já estavam em pleno vapor. Nota-se, portanto, que o atual cenário não é completamente novo. Trata-se de um processo em curso há pelo menos 40 anos, ainda que não sem resistências. A pauta atual recupera, atualiza e radicaliza esse projeto que já se mostrou nefasto à América do Sul. O recente e fracassado governo de Mauricio Macri na Argentina (2015-2019) é prova disso.

Entre inúmeras resistências que potenciaram a luta de classes na região alternativas diversas assumiram o Estado – especialmente no Cone Sul – a partir do final do século 20 e primeiros anos do século 21: Venezuela (Hugo Chávez - 1998); Bolívia (Evo Morales - 2006-2019); no Equador (Rafael Correa - 2007-2017), compondo o heterogêneo bloco bolivariano; outras experiências diversas se constituíram no Chile (Lagos e Bachelet - 2000 e 2006), no Brasil (Lula e Dilma - 2003 e 2011), na Argentina (Nestor e Cristina Kirchner - 2003 e 2007<sup>1</sup>), no Paraguai (Fernando Lugo - 2008-2012) e no Uruguai (Vázquez e Mujica - Frente Ampla, 2005-2019), propostas estas tecidas – em diferentes medidas – sob a base do pacto social e da conciliação de classes.

Embora não deixassem de reafirmar como intocáveis os parâmetros da tríade maldita “neoliberal” (muito pelo contrário), qual seja, superávit primário, câmbio flutuante e juros altos (esse último progressivamente mais baixo em termos absolutos, mas alto se proporcionalmente comparado a parâmetros mundiais), tais propostas não representaram alternativas genuinamente constituídas e pretendidas pela hegemonia burguesa. É na esteira deste legado e da crise estrutural (adensada em 2008) que esses mesmos governos são progressivamente desarmados, pondo fim à política de conciliação de classes que sustentou a América Latina nos primeiros anos do presente século.

Ora, quais as causas mais estruturais das insatisfações que brotam por toda a região, em especial a América do Sul? É importante ressaltar que o conhecido “neoliberalismo”, prefiro dizer, a forma como a sociedade do capital tem se mundializado a partir dos anos 1970, por terra latinas mais explicitamente a partir da década de 1990, tem demonstrado cada vez mais sua incapacidade para lidar com a desigualdade social em escala planetária. Suas receitas,

ao contrário, têm aprofundado brutalmente o abismo entre ricos e pobres nas periferias das economias capitalistas centrais e nos países que historicamente ocupam os nichos da economia burguesa mundial. É verdade que os governos constituídos na América Latina a partir da proposta de conciliação de classes (há pouco indicados), entraram em processo de esgotamento ainda que tenham amenizado a pobreza extrema e garantido um melhor padrão de vida às camadas trabalhadoras. Todavia, essa política não se sustentou – como em outros tempos – hoje marcado por um contexto de absoluta voracidade do capital com profundas perdas da classe trabalhadora, que alimenta o ódio contra aqueles segmentos sociais que por um curto tempo ocuparam espaços mais dignos poucas vezes vistos na região.

Esta conjuntura altamente regressiva, muito além de suas expressões imediatas (que não são ilegítimas), possui causas estruturais: a sociedade do capital no seu atual estágio de acumulação, ou seja, a mercantilização de todos os espaços da vida social sob o comando da financeirização, a redução de postos de trabalho, a precarização laboral, o desemprego em massa, o controle dos gastos públicos destinados aos direitos sociais/captura privada dos fundos públicos, a destruição previdenciária, a naturalização das desigualdades sociais com ênfase na eliminação de direitos (inclusive os mais elementares), a devastação ambiental e o recrudescimento da violência em todas as esferas da vida social (especialmente aquela direcionada a setores historicamente expostos: negros, mulheres, homossexuais, migrantes, povos originários, pobres em geral, etc.).

Tudo isso, aprofundado sob as condições do capitalismo dependente, se impõe às nações, captura e submete seus estados à “ditadura do grande capital” (IANNI, 2019)<sup>2</sup>. Explicar a trama deste processo, suas particularidades por toda América Latina, é um procedimento imprescindível. É nesse celeiro, nesse caldeirão de insatisfações muitas vezes não muito nítidas para os próprios setores indignados, que os protestos e insurreições humanistas e civilizatórias eclodiram em 2018-2019 no Chile, na Colômbia, no Equador, na Argentina, no Paraguai, em Honduras, em Porto Rico e em diversos outros países cuja hegemonia foi revertida à direita (Uruguai) e extrema direita (Brasil e Bolívia – neste último ainda sem desfecho). Mas também é esta insatisfação que tem sido capturada pelo conservadorismo reacionário para reeditar suas velhas pautas.

Há ainda, uma diferença essencial que precisa ser aqui destacada: os projetos governamentais de direita têm por meta reforçar ou pelo menos adequar as realidades

<sup>1</sup>Retomado no segundo semestre de 2019 com a eleição da chapa Fernández/Fernández (Alberto e Cristina Fernández de Kirchner).

<sup>2</sup>IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

nacionais, regionais e locais e este paradigma que mais uma vez se apresenta como inevitável, “responsável”, o “único possível” diante do caos da corrupção e da violência que nos assolam após “governos progressistas irresponsáveis”. Apresentam a “bela e límpida receita” da “responsabilidade fiscal”, do “compromisso com as novas gerações”, da “intervenção divina” sob o comando de fundamentalismos religiosos que mercantilizam a fé. Se opõem, então, os bons e os maus, os iluminados e os perversos, os de alma limpa e os impuros, os comprometidos com a liberdade e os autoritários.

## EM TERRAS TUPINIQUINS

No caso brasileiro, o verde-amarelo se exalta diante das outras cores (em especial o vermelho), com um toque “azul/rosa” que requebra e aprofunda a “decadência ideológica” (LUKÁCS<sup>3</sup>, 1981) implícita no lema positivista da “ordem e do progresso” radicalizado como “deus (empresendedor – como autoridade maior), pátria (para os mais fortes e preparados) e família (monogâmica e “pura”)”. É preciso pagar pela benção divina para afastar o peso de Lúcifer e tornar-se um empresário bem-sucedido! O capital agradece! “Hasta la vista” “liberdade, igualdade e fraternidade”, lemas de uma Revolução Francesa e burguesa que “exagerou na dose”. *Estamos, sim, diante de um conservadorismo reacionário com especificidades por toda a América Latina (onde o Brasil é paradigma)*, processos estes que precisam ser elucidados (o que não é menos importante). Para reafirmar o direito individual dos mais fortes é preciso não apenas devastar direitos sociais, mas também limitar direitos civis básicos e direitos políticos em nome da “democracia”, do “pluralismo” e de “deus”. E isso tem sido feito de forma explícita, descarada e com competência (é preciso reconhecer isso).

E o Serviço Social? E nós assistentes sociais? Não há meio termo: ou nos posicionamos explicitamente contra esse processo e buscamos contribuir com a formulação de propostas efetivas, objetivas, reais que se realizem em projetos coletivos e progressistas (para além do simples anúncio discursivo e de qualquer espécie de endogenia profissional), ou reforçamos e apoiamos o que está aí (conscientemente ou não). Contra quem defende a barbárie que se situa fora e dentro do Serviço Social, não basta nossa indignação. Pelo menos duas atitudes são essenciais:

1. Estudar, analisar, explicar e contrapor-se com argumentos teóricos, políticos e práticos às teses aqui criticadas, sem qualquer espécie de desprezo e arrogância. Estudo, rigor, exercício da grande política, ética radical em favor da igualdade social e militância progressista são essenciais. Nisto algo é

imprescindível: o que está por detrás de tudo que aí se apresenta? O capital e a sociedade que permite sua reprodução. Defender direitos é essencial, mas igualmente importante é não perder de vista o que tem destruído direitos.

2. Defender nossas organizações de classe, direta ou indiretamente vinculadas ao Serviço Social é outro procedimento importante. Sindicatos, organizações profissionais (especialmente o conjunto CFESS-CRESS-ABEPSS-ENESSO) e outras formas de resistência e recomposição de forças é absolutamente elementar. Nisso outro aspecto importantíssimo: a capacidade de reunir as insatisfações, dar-lhes liga, solidariedade, necessidade de luta conjunta e de ampliação de pautas civilizatórias. Nosso isolamento ou nossa articulação como “balaio de gatos” é necessariamente nossa morte! Urge a construção coletiva de projetos coletivos, classistas, que agreguem demandas particulares importantes. Esse é o exato sentido da grande política!

Voltando ao início desta breve reflexão, o aumento das passagens do metrô em Santiago do Chile foi apenas o estopim no contexto particular do Chile. Seguramente existem inúmeros estopins espalhados por toda América Latina, muitos já detonados. Mas o produto destas detonações precisa dialogar entre si. Essa também é nossa tarefa.

**Fevereiro de 2020, Montevideu (Uruguai).**

**\* José Fernando Siqueira da Silva, assistente social, docente da Unesp-Franca e coordenador de Pós-graduação ABEPSS Sul II gestão 2019-2020.**

<sup>3</sup>LUKÁCS, György. LUKÁCS. Organizado por José Paulo Netto. São Paulo: Ática, 1981. (Grandes cientistas sociais)



## “MULHER DE FORA” - O OLHAR DAS MIGRANTES, EM BH, SOBRE MACHISMO E SORORIDADE

Já não queria continuar com meu casamento, e o divórcio, mesmo legalizado no meu país, é muito mal visto.” Esta foi a motivação que fez Laura Queslloya, 40, deixar o Peru, em 2007, com um filho pequeno, para tentar a vida em Belo Horizonte. Formada em Nutrição sem nunca ter exercido, trabalhou aqui como professora de espanhol e como chefe de cozinha. Atualmente é bolsista em um curso de Psicologia e trabalha com outras pessoas hispânicas em uma empresa internacional de atendimento ao cliente.

O aprendizado adquirido em mais de dez anos vivendo no Brasil, país que ela considera vanguardista em direitos femininos, é usado para ajudar outras mulheres migrantes que chegam à capital mineira. Desde 2017, Laura integra o Coletivo Cio da Terra, que acolhe e ampara estrangeiras no processo de adaptação aos novos costumes. “Hoje o grupo é composto de latinas e africanas. Todas nós, quando chegamos aqui, nos deparamos com uma liberdade feminina que não estamos acostumadas. A ideia é mostrar às migrantes que aqui elas podem e devem se empoderar”, diz.



Apresentação cultural durante feira do Cio da Terra. Foto: Thiago Soares.

### CIO DA TERRA

O nome do coletivo, idealizado pela paulistana radicada em Belo Horizonte, Luciana Lorenzi, dialoga com o conceito da fertilidade feminina, mas, principalmente, a fertilidade de ideias. Quando chegam aqui, além de acolhimento e uma rede de apoio, é comum as migrantes precisarem se reinventar para sobreviver, e o Cio da Terra estimula a criatividade neste processo. Além das feiras onde elas podem vender produtos, artesanatos e alimentos inspirados em seus países, o grupo tem frentes política e de formação.

“Há a frente de formação, que trata temas importantes a serem discutidos, como a homossexualidade. Aqui são pautadas situações concretas, vivas, trazidas pelas integrantes. Há, ainda, a frente política. Temos contato próximo com vereadoras da cidade e frentes feministas, pois acreditamos que nós mulheres precisamos ocupar espaços de poder e decisão que nos

têm sido negado há anos”, pontua.

A sororidade, ou seja, a união e a aliança entre mulheres baseadas na empatia e na solidariedade em busca de alcançar objetivos comuns, é o que orienta as ações deste grupo que luta para promover o senso crítico, a autonomia e a autoestima de mulheres migrantes, refugiadas e apátridas (pessoa que nasce em um país e por algum motivo não tem a sua nacionalidade reconhecida).

### **MACHISMO: TAMBÉM TEMOS**

Se o reconhecimento destas migrantes de que o Brasil está avançado nas pautas de direitos femininos pode causar assombro em muitas feministas brasileiras, o machismo do nosso país, claro, também é sentido por estas mulheres de fora. “Muitos homens acham que por sermos estrangeiras, exóticas, podemos oferecer algo diferente num momento íntimo. Além disso, é comum que aquelas que são casadas com brasileiros sofram coerção em algum momento da relação”, conta Laura.

Para ajudar as mulheres migrantes identificarem e combaterem a violência de gênero, o Coletivo Cio da Terra criou um livreto, em português, espanhol e crioulo haitiano para esclarecer mais sobre o assunto. O documento traz a explicação das diferentes violências contra a mulher, como a psicológica, patrimonial, física e sexual, a partir do descrito na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06).

“Com esse material e nossos encontros, as brasileiras e nós migrantes que estamos aqui há mais tempo, buscamos empoderar estas mulheres e mostrar o que está tudo bem aceitar, por estarmos em um país mais livre que os nossos, e aquilo que não podemos admitir, ou seja, o machismo. Muitas vezes elas pensam que não podem, não devem se expressar. Ao contrário. Você está aqui neste país, você pode e deve fazer muitas coisas”, conta emocionada.

[Confira, aqui, o livreto.](#)

### **APORTE CULTURAL**

Alinhada à ideias progressistas, a migrante Laura diz que não voltaria a morar no Peru por conta de toda a autonomia e independência que conquistou em terras tupiniquins, mesmo na conjuntura de avanço do conservadorismo, legitimado pelo Governo Bolsonaro. “Os governantes estão lá, mas o povo está aqui. Há muitos espaços de fortalecimento de mulheres, de posturas políticas de esquerda. De todos aqueles espaços que nos permitem avançar, no meu país tudo isso ainda é muito incipiente. Aqui a gente fala, denuncia, reclama e temos leis para as mulheres”

Por outro lado, o coletivo Cio da Terra e o próprio processo de migração faz com que a cidade cresça culturalmente. “Não devemos ter vergonha de migrar, mas orgulho por trazer uma riqueza e acervo cultural muito grande. Quando piso aqui, não venho só, mas trago comigo minhas memórias, minha cultura. Migrar não é invadir, mas algo presente em toda a história da humanidade. O problema surge quando são colocadas as fronteiras”, aponta.



*Mulheres do coletivo em inauguração da sede, em 2018, que acabou fechando. Atualmente, se reúnem em espaços cedidos.*

# OS DESAFIOS DA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE

**E**spaço sócio-ocupacional permeado de complexidade, a Residência Multiprofissional em Saúde é, para assistentes sociais que ali atuam, uma experiência rica, potente e, também desafiante. Para destrinchar um pouco desse universo, o CRESS-MG entrevistou a assistente social Viviane Brandão, doutoranda em Educação pela PUC Minas, professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e tutora da Residência Multiprofissional em Saúde Mental do Hospital Universitário Clemente de Faria (HUFC) da mesma instituição.

## 1) Quais principais competências e atribuições privativas do Serviço Social são realizadas nesta área?

Fundamentada na lei de regulamentação da profissão – Lei 8.662 de 1993, e de acordo com os serviços de saúde que residentes estão inseridas, cito como principais competências: o encaminhamento de providências; prestação de orientação social a indivíduos, grupos e à população; orientação a indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; a realização de estudos socioeconômicos com população usuária para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades; planejamento, organização e administração de benefícios e Serviços Sociais; planejamento, execução e avaliação de pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais, além de prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade.

Em relação às atribuições privativas, menciono a realização de laudos, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; a coordenação, elaboração, execução, supervisão e avaliação de estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social. Também é importante mencionar que as tutorias na área do Serviço Social nas Residências Multiprofissionais em Saúde, devem ser conduzidas por uma assistente social, respeitando a atribuição privativa que no magistério de Serviço Social

tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular devem ser executadas somente por uma assistente social.

## 2) De que maneira o aspecto “multiprofissional” contribui para a formação da e do assistente social neste espaço?

A contribuição perpassa pelo estudo, experiência e análise crítica contínua da e do assistente social residente na área da Saúde de trabalhar em uma equipe multiprofissional. Este fator agrega valores e saberes variados para a construção de um saber o qual trará uma visão mais ampliada sobre as possibilidades e desafios de uma intervenção, levando em consideração os diversos elementos que envolvem uma demanda. Vale destacar, que o trabalho multiprofissional é uma realidade em diversos campos de atuação, não somente na saúde, uma vez que há profissionais de diferentes áreas dos saberes que atuam conjuntamente para contribuir e potencializar o objetivo comum. Também é necessário não esquecer as especificidades do Serviço Social e das outras profissões, promovendo um respeito e a interação profícua em prol do cuidado e da dignidade da pessoa humana.

## 3) Quais os principais desafios cotidianos e institucionais dessa atuação, considerando que se dá no contexto do SUS?

Um dos principais desafios são as condições de formação em trabalho das e dos residentes que precisam cumprir uma carga horária semanal de 60 horas, além de ter como cenário os dispositivos do Sistema Único de Saúde (SUS), que gradualmente sofrem o sucateamento dos serviços e a falta de insumos e recursos humanos para garantir o acesso ao direito à saúde. Além disso, a demanda às e aos residentes, por estarem em vários serviços durante a período de trabalho semanal, fragiliza a continuidade desse trabalho, já que isso diminui com a possibilidade de acompanhamento periódico e sistemático às pessoas usuárias que carecem serem assistidas diariamente, sem que haja uma revitimização daquele usuário.

#### 4) Por outro lado, quais contribuições o Serviço Social traz a esse espaço?

Com a reflexão crítica da realidade, da conjuntura sócio-histórica, por meio de uma postura pautada na dimensão ético-político contra a privatização da saúde, em defesa da saúde pública universal e democrática, em defesa do SUS e por melhores condições de trabalho para as trabalhadoras e trabalhadores da área. Considerando o conceito ampliado da saúde preconizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a e o assistente social é fundamental para as intervenções relacionadas aos determinantes sociais da saúde. Também, o Serviço Social contribui com aquilo que são questões éticas para a profissão. Ao participar da discussão das demandas do setor da saúde, esta ou este profissional pode contribuir com tudo aquilo que compõe as dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, aplicadas as particularidades do setor e à instituição/poder institucional que a cerca e influencia seu trabalho. Tais como são citadas no Código de Ética Profissional, a assistente social dispõe de todo um aparato que deve ser utilizado em momentos específicos, sem perder sua particularidade em meio às outras profissões.

#### LEITURA SUGERIDA

A brochura “Residência em Saúde e Serviço Social - Subsídios para reflexão” (CFESS, 2017) tem a intenção de sistematizar, de forma introdutória, as informações e debates realizados ao longo dos últimos anos sobre o Serviço Social e as residências em saúde, espaços de formação e de exercício profissional da/o assistente social.

[Clique aqui para acessar!](#)



**COFI**  
*Responde*

## ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

#### 1) Quais são as bases normativas/legais que orientam o estágio em Serviço Social?

Inicialmente, é preciso destacar o estágio como um dos momentos privilegiados da formação acadêmica/profissional, pois onde é possível articular o ensino, a pesquisa e extensão, tripé de sustentação da universidade.

No campo normativo, estão previstas:

- A Lei 8662/1993

*Art 5º- Constituem atribuições privativas da e do Assistente Social:*

*VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;*

- Resolução CFESS 533/2008 que Regula a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social;

- Lei Federal de Estágio nº 11.788 de 25 de setembro de 2008;

- E ainda, Política Nacional de Estágio (PNE) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) que se configura como um instrumento político pedagógico e que tem por objetivo orientar os estágios supervisionados em Serviço Social na luta por uma educação de qualidade.

#### 2) O que caracteriza o estágio em Serviço Social?

O Estágio Supervisionado em Serviço Social é fundamental para a formação acadêmica das futuras e futuros assistentes sociais, complementa o processo de ensino e aprendizagem ao possibilitar ao corpo discente do curso de Serviço Social, inserido no Campo de Estágio, vivenciar, na prática, situações reais do cotidiano profissional. Caracteriza-se, especialmente, por ter as-

istentes sociais responsáveis pela supervisão do estágio, que são o/a assistente social do espaço ocupacional onde o estágio acontece e que fará a supervisão de campo e o/a assistente social professor/a da Unidade de Formação Acadêmica (UFA) que será o/a supervisor/o acadêmico/a. A supervisão de estágio em Serviço Social é, obrigatoriamente, presencial, direta e sistemática.

#### 3) Qual o papel do/a assistente social supervisor/a de campo e acadêmico?

O/a assistente social denominado/a supervisor/a de campo tem um papel essencial, pois irá guiar, supervisionar e proporcionar à/ao estagiária/o uma reflexão e aprendizagem sobre o fazer profissional, evidenciando a importância de uma futura atuação

profissional, voltada para uma postura ética e política, que visa a garantia do acesso aos direitos, por meio da construção de uma visão crítica e reflexiva das contradições existentes na realidade do Campo de Estágio, permitindo que a estudante, enquanto estagiária, coloque em prática todo conhecimento e teoria adquiridos na sala de aula.

Já a supervisão acadêmica ocorre na Instituição de Ensino, sob orientação de um/a professor/a, representando um espaço de escuta, de compartilhamento de experiências/saberes/reflexões/conhecimentos adquiridos na realidade do Campo de Estágio.

São duas dimensões distintas, que devem estar diretamente articuladas em todo o processo de formação. É preciso assegurar a imprescindível indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e a de campo, bem como o fortalecimento do potencial do estágio supervisionado enquanto espaço propício para a compreensão da unidade teoria-prática.

#### 4) Qual a diferença entre estágio obrigatório e não obrigatório?

No processo de formação em Serviço Social e nas legislações que amparam o estágio não há distinção entre estas modalidades de estágio, pois o processo de supervisão deverá ser garantido em ambas as formas.

As normativas apontam elementos fundamentais para a realização do estágio obrigatório e não obrigatório como processo de articulação entre teoria e prática, que necessita de supervisão direta e no qual se torna indispensável a vinculação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

É indispensável a garantia, no estágio extracurricular, do acompanhamento dos/as supervisores/as de campo e acadêmicos/as. Não há perspectiva de flexibilização da norma nesta modalidade de estágio, considerando sempre a dimensão formativa do estágio.

#### 5) Qual o papel do CRESS diante de irregularidades identificadas nos campos de estágio?

O CRESS, considerando sua dimensão fiscalizadora, tem a função de zelar pelo cumprimento das normativas que regem a profissão. No processo de fiscalização das condições postas nos campos de estágio, são identificadas situações que ferem as previsões da Lei 8662/93 e da Resolução CFESS nº 533/08, e é sobre estas, que o CRESS atua de forma a notificar os/as responsáveis com fins de regularização, tais como:

- Número de estagiárias/os por supervisor/a superior ao previsto na Resolução;
- Supervisoras/es de campo e acadêmico sem registro profissional no CRESS-MG, cancelado, ou suspenso;
- Estagiárias/os (estudantes) no campo sem supervisão direta de estágio;
- Supervisores/as de campo sem vínculo trabalhista com a instituição, ou seja, fora do quadro de trabalhadoras/es, como prevê a normativa;
- Ausência de planos de estágio, ou planos de estágio “padrão”, sem contextualizar as questões próprias do campo;
- Assistentes Sociais em situações de férias e/ou licença por longo período, e o estagiário permanecendo e respondendo pelo setor;
- Dentre outras situações.

Importa salientar, que a atuação do CRESS-MG, através do Setor de Orientação e Fiscalização (Sofi) nestas situações tem também uma dimensão educativa, de modo a prevenir novas infrações às normativas profissionais.

Por fim, é fundamental pensar o Estágio Supervisionado como instrumento pedagógico e político de qualificação da formação, o que exige compromisso ético de toda categoria no sentido de que cada profissional deverá se colocar em disponibilidade e compromisso com a supervisão de estágio.

#### BOLETIM CONEXÕES GERAES

Realização: Comissão de Comunicação  
Projeto gráfico e diagramação: Dayane Reis  
Redação: Marcela Viana (17.386 MG)  
Assessora de Comunicação: Dayane Reis  
Assessora Adjunta de Comunicação: Marcela Viana  
comunicacao@cress-mg.org.br



GESTÃO LUTAR, RESISTIR E SONHAR:  
NOVOS TEMPOS PARA O CRESS QUE  
QUEREMOS